



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

**Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0015997/2023-28**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Alto Paranaíba**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL  | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|--|-------------------------|---|
| Não Passível de Licenciamento  | 2100.01.0015997/2023-28 | NAR Patos de Minas                          |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>  |                         |   |
| Nome: Waldete Caixeta Ferreira   |                         | CPF/CNPJ: 010.350.596-22                    |
| Endereço: Avenida Brasil, nº 2.140   |                         | Bairro: Centro                              |
| Município: Patos de Minas  | UF: MG                  | CEP: 38.700-188                             |
| <b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>  |                         |   |
| Nome: Waldete Caixeta Ferreira   |                         | CPF/CNPJ: 010.350.596-22                    |
| Endereço: Avenida Brasil, nº 2.140   |                         | Bairro: Centro                              |
| Município: Patos de Minas  | UF: MG                  | CEP: 38.700-188                             |
| <b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>  |                         |   |
| Denominação: Fazenda Alagoas, lugar Atoleiro   |                         | Área Total (ha): 167,8158                   |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 27.583 e 57.134   |                         | Município/UF: Patos de Minas/MG             |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): 8579.CD35.CF5A.48BF.A8A2.2038.907D.5D19 |                         | MG-3148004-                                 |
| <b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>   |                         |   |

|   |                            |  |                                    |           |
|---|----------------------------|--|------------------------------------|-----------|
| Tipo de Intervenção   |                            |  | Quantidade                         | Un        |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo   |                            |  | 43,7700                            | ha        |
| 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA   |                            |  |                                    |           |
| Uso a ser dado à área   |                            | Especificação  | Área (ha)                          |           |
| Pecuária  |                            |  | 43,7700                            |           |
| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL   |                            |  |                                    |           |
| Bioma/Transição entre Biomas  | Área (ha)                  | Fisionomia/Transição   | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Cerrado   | 43,7700                    | Campo Cerrado  |                                    | 43,7700   |
| Total:  | 43,7700                    |  | Total:                             | 43,7700   |
| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO  |                            |  |                                    |           |
| Produto/Subproduto  | Especificação              | Quantidade   |                                    | Unidade   |
| Sem rendimento  |                            |  |                                    |           |
| 8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA   |                            |  |                                    |           |
| Cleiton da Silva Oliveira Cajado – MASP 1.366.767-0   |                            |  |                                    |           |
| Data da Vistoria: 23/10/2023  |                            |  |                                    |           |
| 9. VALIDADE   |                            |  |                                    |           |
| Data de Emissão: 02/02/2024   |                            | Observações:<br><b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</b> |                                    |           |
| Validade: 3 (três) anos   |                            |  |                                    |           |
| OU  |                            |  |                                    |           |
| De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental. |                            |  |                                    |           |
| 10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA   |                            |  |                                    |           |
| Tipo de intervenção   | Datum                      | Fuso   | Coordenada Planta (UTM)            |           |
|   |                            |  | X                                  | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo   | Sirgas 2000                | 23k  | 326.909                            | 7.941.700 |
| 11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)  |                            |  |                                    |           |
| Item  | Descrição da Condicionante |  |                                    |           |
|   |                            |  |                                    |           |

|   |  |
|---|--|
| 1 | Não permitir que o solo fique exposto; Aplicação de práticas de conservação de solo e água; O depósito do material extraído deverá ficar obrigatoriamente fora das áreas de Reserva Legal; Implantação e Manutenção de Aceiro ao longo das áreas protegidas. Prazo: Durante vigência do licenciamento ambiental.   |
| 2 | Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Prazo: Durante vigência do licenciamento ambiental. |
| 3 | Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio. Prazo: Durante vigência do licenciamento ambiental.   |
| 4 | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência específico disponível no site do IEF. Prazo: 30 dias após a conclusão da supressão.  |

## 12. OBSERVAÇÃO

A Autorização de Intervenção Ambiental - AIA deve estar acompanhada da Autorização de Exploração Florestal - AUTEX emitida no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO, caso a intervenção ambiental gere produto e/ou subproduto florestal (lenha, madeira, etc.).

A reposição Florestal deve estar quitada antes do início da exploração florestal, e portanto a emissão da Autorização de Intervenção Ambiental só terá validade após a respectiva quitação bem como das taxas de Expediente e Florestal.

Toda Autorização de Intervenção Ambiental – AIA que gere produto ou subproduto florestal (lenha, madeira, etc.) necessita do respectivo registro da atividade florestal no Setor de Cadastro e Registro – SECAR do Instituto Estadual de Florestas, salvo os casos dispensados em regramentos legais vigentes. Dessa forma, antes da exploração florestal deve-se proceder ao respectivo cadastro, conforme Portaria IEF nº 125/2020.

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF.

O transporte do produto/subproduto florestal autorizado (lenha, madeira, etc.) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo Documento de Origem Florestal - DOF a ser emitido no Sistema DOF+ Rastreabilidade.

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***

Frederico Fonseca Moreira

Supervisor Regional - MASP: 1.174.359-8

Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 02/02/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **81435645** e o código CRC **3A55FE41**.